



Comissão deve votar novo ICMS amanhã

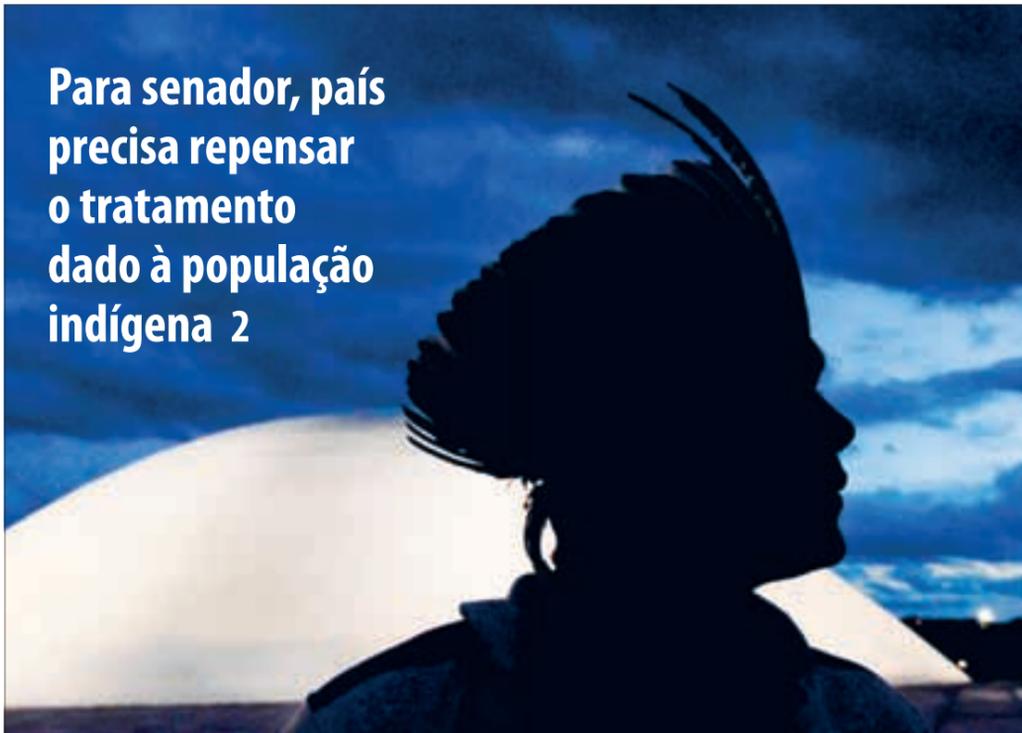
Em busca de consenso, proposta de Delcídio do Amaral para acabar com a guerra fiscal prevê alíquotas distintas para estados “emergentes” e “avançados”

Em vez da unificação das alíquotas interestaduais em 4% até 2015, como queria o governo, relator na Comissão de Assuntos Econômicos sugere 7% para produtos industrializados nas

Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, contra 4% para as demais unidades.

Também serão discutidas a convalidação dos incentivos já definidos pelos estados e outras medidas contra a guerra fiscal. **3**

Para senador, país precisa repensar o tratamento dado à população indígena **2**



Ana Volpke/PP Senado

Uanderson Camargo, de tribo no Pará, fotografado em frente ao Senado: comissão debateu questões indígenas na quinta

“É preciso aprender com o Holocausto”, diz sobrevivente

Moisés Jakobson, 86 anos, polonês radicado no Brasil e sobrevivente do Holocausto, narrou sua história de vida para estudantes e disse que o evento histórico ainda serve de alerta para a capacidade humana de cometer genocídios. **4**

Jakobson conta história pessoal em atividade promovida pelo Senado e pelo Museu do Holocausto para não deixar que perseguição contra os judeus seja esquecida



José Cruz/Agência Senado



Rafael Carvalho/Agência Senado

Maior controle social e melhor gestão de recursos são objetivos da Casa

Plano de Metas do Senado valoriza a transparência **2**



TRAÇAR O FUTURO É UMA VOCAÇÃO DESTA CAPITAL

Parabéns Brasília 300 anos



Senado Federal

Transparência e controle social são metas do Senado

Diretoria-Geral traçou plano com objetivos para o período de 2013 a 2016, encabeçado por ações de curto prazo, a serem realizadas até 11 de maio, que buscam consolidar o vínculo com a sociedade

A PROMOÇÃO DA transparência e do controle social encabeça as “Metas de 100 dias” traçadas pela Diretoria-Geral do Senado e aprovadas pela Comissão Diretora. Muitas das ações já foram realizadas e as demais devem ser concluídas até 11 de maio. O conjunto de objetivos está inserido no plano de metas da administração para o período de 2013 a 2016.

Segundo o plano, a instalação do Conselho de Transparência e Controle Social e a inauguração do novo Portal da Transparência abrem caminho para a consolidação do vínculo entre Senado e sociedade. A realização de duas pesquisas de opinião nacional — uma sobre transparência e redução de gastos do Senado e outra sobre a PEC das Domésticas — buscam garantir maior controle social sobre políticas públicas, orçamento e ação do Estado.

Outras iniciativas



Renan (2º à esq.) empossou, na terça, integrantes do Conselho de Transparência

importantes são a ampliação do uso de redes sociais, do Alô Senado e do conhecimento da sociedade sobre o Orçamento da União por meio do programa educativo Orçamento Fácil. Também foi determinada a divulgação, no Portal da Transparência, de dados de remuneração de servidores, aposentados e pensionistas do Senado e da elaboração do Portal Copa Transparente. A transparência na gestão

do Senado é uma das prioridades estabelecidas pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Uma secretaria interna foi criada, apenas com remanejamentos administrativos, para coordenar essas e outras demandas vinculadas à Lei de Acesso à Informação. “Como aconteceu na acessibilidade, seremos, em breve, uma referência neste campo: instituição mais transparente do país”, afirma Renan.

Outros objetivos incluem atuação legislativa e gestão de recursos

O plano de metas apresenta diretrizes em quatro dimensões: sociedade, transparência, atuação legislativa e gestão de recursos internos, observa a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto.

Metas de curto prazo também foram estabelecidas, com previsão de implementação até 31 de dezembro, como a criação de um portal sobre acessibilidade na internet e a prestação de contas dos cem dias de gestão da nova Comissão



Jane de Araújo/Agência Senado

Diretora para os mais de 300 mil cidadãos cadastrados no Alô Senado. Deve haver ainda ampliação da divulgação da ação parlamentar do Senado nos estados.

Entre as metas de médio prazo, a serem cumpridas até o final de 2014, estão a

ampliação dos produtos e serviços oferecidos pelo Portal e-Cidadania, como o Processo Legislativo Fácil e a reativação do Programa Senado na Escola, voltado à divulgação da atuação da Casa junto a estudantes de ensino fundamental. Está prevista ainda a elaboração de manual de atendimento e pesquisa sobre a Lei de Acesso à Informação.

As metas de longo prazo devem ser cumpridas até 31 de dezembro de 2016. A disponibilização integral dos textos legislativos, a implementação do Projeto e-Fiscalização e o desenvolvimento de uma metodologia de acompanhamento de políticas públicas objeto de projetos de lei em discussão na Casa estão inseridas nessa etapa do plano.

Mapa estratégico institucional está em sintonia com plano

O Plano de Metas do Senado 2013-2016 está em sintonia com o Mapa Estratégico Institucional 2013-2023, também elaborado pela Diretoria-Geral e aprovado pela Comissão Diretora na semana passada. O objetivo é tornar a Casa referência de instituição legislativa, com reconhecida excelência no exercício das funções constitucionais, governança corporativa e gestão pública, amparada pela participação da sociedade e integração entre os estados.

A missão maior é fortalecer o modelo democrático federativo e promover qualidade de vida com justiça social.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO 40 anos da Embrapa

11h Sessão especial destinada a comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Sessão especial

11h O senador Renan Calheiros preside sessão especial dos 40 anos da Embrapa.

CMMC Instrumentos econômicos

9h Pagamento por serviços ambientais e outros instrumentos econômicos são tema de debate. A audiência pública ocorre no Plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas.

CAE Bilhete único

19h. Audiência pública sobre implantação de bilhete único em sistema de transporte urbano.

TERÇA

CCT Produção científica

9h Análise de projeto sobre disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior e unidades de pesquisa. Votação de autorização de serviços de radiodifusão em estados.

CAS Pescadores

9h A aposentadoria especial para os pescadores será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

CAE Imposto de renda e ICMS

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que eleva a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda e relatório do senador Delcídio do Amaral a projeto de reforma do ICMS.

CE Prioridades no MEC

10h O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, vai falar sobre as diretrizes e prioridades do ministério para 2013 na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CMMC Prevenção de desastres

11h Audiência pública com o secretário nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Humberto Viana, para discutir a prevenção de desastres.

CMA Climatização de ambientes

11h30 Análise de projeto sobre manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes para eliminar ou minimizar riscos à saúde.

CPI DO DIREITO À SAÚDE Eleição

14h30 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violação do Direito à Saúde. Em seguida, eleição do presidente, vice-presidente e designação do relator.

CI Aviação civil

7h30 Apresentação do relatório da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. Análise da inclusão do trecho de uma rodovia em Cuiabá na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

CAS Balanço do Ministério da Saúde

9h O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apresenta em audiência pública o balanço do biênio 2011-2012 e as diretrizes de pasta para 2013.

CDR Incentivos fiscais

9h Na pauta, projeto que vincula a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às áreas de livre comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus

CE Doenças raras

10h Audiência pública na Comissão de Educação sobre projeto que institui o Dia Nacional de Doenças Raras.

CCJ Anistia a PMs

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa anistia a policiais militares do Ceará e indicação de nomes ao Conselho Nacional do Ministério Público.

QUARTA

CCJ Pagamento de precatórios

14h A comissão discute o regime de pagamento de precatórios. Entre os convidados para a reunião, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

REGULAMENTAÇÃO Domésticas

14h A Comissão Mista de Consolidação das Leis analisa os novos direitos das domésticas.

SEXTA

ARBITRAGEM Plano de trabalho

9h Apresentação do plano de trabalho e aprovação do regulamento da comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto de reforma sobre arbitragem e mediação.

HOLOCAUSTO Ciclo de palestras

10h Ciclo de palestras sobre o Holocausto com depoimento de George Legmann, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvío Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Nova proposta para ICMS será votada amanhã

Em vez da unificação em 4% até 2015, como queria o governo, relator sugere alíquotas diferenciadas para evitar perdas dos estados emergentes

EM BUSCA DE um caminho para o fim da guerra fiscal, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã substitutivo de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em vez de unificação das alíquotas interestaduais em 4% até 2015, como pretendia o governo, Delcídio sugere no PRS 1/2013 alíquota de 7% para produtos industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, contra 4% para os originados das demais unidades. A intenção é evitar perdas significativas dos estados emergentes.

Como vários senadores manifestaram preocupação com a falta de segurança jurídica para a compensação dos prejuízos dos estados com as mudanças nas alíquotas, estabelecida em medida provisória (MP 599/2012), o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), colocou em pauta projeto de lei complementar com teor idêntico. Trata-se do PLS 106/2013, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que tem Armando Monteiro (PTB-PE) como relator.

Para Bauer, a compensação tem antecedente grave: as transferências da União para reparar os prejuízos dos estados exportadores com a isenção de ICMS sobre produtos destinados ao mercado externo cobrem apenas 10% das perdas. Por isso, o senador recomenda a segurança de uma lei complementar.



Presidente da comissão, Lindbergh Farias ouve Delcídio do Amaral apresentar sua alternativa contra a guerra fiscal

Cronograma reduz alíquota de 12% para 4% até 2021

Como regra geral, o substitutivo de Delcídio estabelece um cronograma para a redução da alíquota interestadual de 12% dos estados emergentes (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), de um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até 2021, quando chegaria a 4%. Para produtos que saírem das Regiões Sul e Sudeste, a alíquota de 7%

seria reduzida — também em um ponto percentual por ano, a partir de 2014 — até chegar a 4% em 2016.

No caso de mercadorias e bens produzidos em conformidade com o Processo Produtivo Básico nos estados emergentes, a alíquota será reduzida dos atuais 12%, em um ponto percentual por ano, a partir

de 2014, até chegar a 7% em 2018. O mesmo arranjo vale para os produtos agropecuários dessas regiões.

O substitutivo atribui à União poder de definir o que é Processo Produtivo Básico. Sem essa definição, serão considerados os produtos resultantes de industrialização em transformação ou montagem.

Incentivos já definidos podem ter convalidação

Também retorna à pauta da CAE outra parte da solução para a guerra fiscal: o que fazer com os incentivos dados pelos estados e considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

O governo havia mandado para a Câmara um projeto que pretende viabilizar a convalidação desses benefícios fiscais (PLP 238/2013). Como a proposta está parada na Câmara, Wellington Dias (PT-PI) apresentou no Senado projeto com teor idêntico (PLS 124/2013). Assim como o projeto original, o de Wellington reduz o quórum no Conselho de Administração Fazendária (Confaz): da unanimidade para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados de cada região do Brasil.

Além disso, a proposta traz uma solução para os contratos de rolagem de dívidas assinados pelos estados na década de 1990. A intenção é reduzir os encargos, com a troca do IGP-DI pelo IPCA.

Projetos sobre dívidas serão unificados

Proposta de Luiz Henrique (PMDB-SC) que retém nos estados 20% das dívidas mensais com a União para aplicação em projetos de infraestrutura será juntada a outras semelhantes. O objetivo é agilizar a reforma tributária que pretende acabar com a guerra fiscal. Um novo texto será apresentado

à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador advertiu que o êxito da reforma tributária depende da aprovação dos convênios de concessão e de remissão dos créditos tributários. Seu relatório ao PLS 124/2013 condiciona o abatimento mensal da dívida à destinação exclusiva dos

recursos em seis programas regionais de investimentos: infraestrutura, educação, saúde, segurança, inovação e tecnologia.

Definidos em contratos com a União, os programas estaduais teriam sua eficácia vinculada à aprovação prévia do Senado. E só se beneficiarão os estados que



Senador condiciona abatimento das dívidas dos estados a investimentos

comprovarem recolhimento regular das contribuições compulsórias do FGTS, INSS, PIS-Pasep e Finsocial-Cofins.

Ana Amélia pede cuidado na análise da reforma do ICMS

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para a complexidade do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que procura acabar com a guerra fiscal. Em pronunciamento na quinta-feira, a senadora afirmou que já há discordâncias em relação à proposta do relator, Delcídio do Amaral (PT-MS), uma vez que técnicos de São Paulo e Santa Catarina identificaram perdas de arrecadação para os dois estados. Eles previram embates jurídicos sobre os chamados créditos presumidos, uma forma de os estados concederem benefícios fiscais.

Para o Rio Grande do Sul, afirmou a parlamentar, o saldo é positivo e a arrecadação do estado aumentará 2,7% em relação a 2010 e 3,2% em relação a 2011.



Pedro Franco/Agência Senado

Bilhete único no transporte público em debate

A implantação de um regime de bilhete único para o transporte público urbano será discutida hoje em audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em pauta a desoneração do transporte público e projeto (PLC 310/2009) de criação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros.

O projeto prevê redução dos tributos sobre a prestação dos serviços de transporte coletivo e na aquisição de insumos neles empregados. Os beneficiários diretos dessa desoneração fiscal serão as empresas prestadoras dos serviços de transporte público de passageiros.

A proposta está sendo analisada em caráter terminativo na CAE, e o relator é Lindbergh Farias (PT-RJ).

Texto baliza expansão da telefonia na Amazônia

Para diminuir as dificuldades de comunicação na Amazônia Legal, as operadoras de telefonia podem ter que implantar mais orelhões na região. A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que modifica a Lei 9.472/1997 para estabelecer metas para a universalização dos serviços de telecomunicações.

Segundo o PLS 250/2011, a densidade de orelhões na Amazônia Legal deverá ser no mínimo 50% maior que nas demais regiões, e o espaço de área local, de tarifação mais barata, deverá ser determinado utilizando parâmetros pelo menos três vezes maiores. A proposta segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde receberá decisão final.

Delcídio lamenta abandono de ferrovia em Mato Grosso do Sul

Delcídio do Amaral (PT-MS) lamentou a situação precária da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil, que vai de Bauru (SP) até Corumbá (MS). O senador explicou que a ferrovia, cuja concessão pertence à América Latina Logística (ALL), tem todas as condições de funcionar como uma via de integração nacional e de integração com os países vizinhos.

— Mas, lamentavelmente, se encontra em condições absolutamente precárias. Apresenta quase 90% de ociosidade, dormentes e trilhos que precisam ser trocados — disse.

A ferrovia, afirmou o senador, é fundamental para o escoamento da produção e barateamento dos fretes no país.

— Se existe uma privatização malfeita, que já começou errada, foi o arrendamento da malha viária da antiga Noroeste do Brasil — protestou.

Em atividade promovida pelo Senado em parceria com o Museu do Holocausto, estudantes puderam debater com o polonês Moisés Jakobson a experiência de guerra dele

Sobrevivente relata horror do Holocausto

O AUDITÓRIO PETRÔNIO Portella recebeu na sexta-feira mais de 200 estudantes, que compareceram ao Senado para ouvir Moisés Jakobson, de 86 anos, sobrevivente do Holocausto. Durante a 2ª Guerra Mundial (1939–1945), ele era apenas um adolescente, como muitos dos jovens da plateia, quando iniciou uma perambulação por três campos de trabalhos forçados até o momento da libertação, com a chegada do exército da União Soviética à Polônia dominada pelos nazistas.

— Saí do horror com a responsabilidade de testemunha, sabendo que é impossível transmitir tudo o que vi e vivi e que os que me ouvem também não poderão compreender totalmente — afirmou Jakobson.

Alunos de escolas de ensino médio do Distrito Federal, os ouvintes participaram de ação educativa que integra programação realizada este ano no Senado para lembrar o Holocausto, em parceria com o Museu do Holocausto, de Curitiba. Um dos componentes são as palestras especiais com sobreviventes, convidados a contar histórias e experiências

aos alunos. Na sexta-feira, o palestrante vai ser George Legmann, que nasceu num campo de concentração na Alemanha.

Moisés Jakobson vive em Curitiba desde 1952. No Brasil, casou e teve três filhos. Filho mais jovem de uma família judia de Lazy, Polônia, ficou órfão aos 7 anos.

Aos 16 anos, foi encaminhado para campos de trabalho forçado. No último, chamado de Makstat, reencontrou o irmão mais velho. Com outro irmão, a reunião só aconteceu depois do fim da guerra.

Depois de morar algum tempo na Alemanha, Jakobson decidiu deixar a Europa, pela dificuldade em viver numa terra “encharcada de sangue”. Viveu curto período na Bolívia antes de chegar ao Brasil, onde ingressou como clandestino, num período em que vigoravam restrições à entrada de judeus no país, impostas pelo governo de Getúlio Vargas.

Durante a palestra, ele foi perguntado se nutria “raiva” do povo alemão. Jakobson disse que não, mas sem negar que houve uma situação histórica de “culpa coletiva”. Porém,



Jakobson, hoje vivendo em Curitiba, conta que entrou no Brasil clandestinamente, pois havia restrições à entrada de judeus

assinou que segmentos da população alemã foram também perseguidos e dizimados pelo regime comandado por Adolf Hitler, como aconteceu com sindicalistas, socialistas e vários outros grupos. Na visão de Jakobson, o fundamental agora é aprender com o passado.

— Holocausto é palavra cujas letras vertem eternamente lágrimas e sangue e deve servir de alerta para o potencial humano para cometer práticas genocidas — assinalou.

Exposição no Senado lembra sofrimento das crianças

O Yom HaShoá, ou Dia da Lembrança do Holocausto, ocorre em 8 de abril, data em que foi inaugurada uma exposição no Salão Negro do Congresso Nacional e, em Plenário, realizada sessão solene em homenagem às vítimas. A exposição, no Salão Negro, segue aberta ao público até 28 de abril.

Intitulada *Tão Somente Crianças: infâncias roubadas no Holocausto*, a mostra focaliza o impacto da tragédia sobre a vida das crianças. Foi criada com um acervo especial do Museu do Holocausto, que recebeu contribuições de instituições ligadas à memória do Holocausto em todo o mundo.

Brasil tem pouco a comemorar no Dia do Índio, afirma Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que em 2007 foi batizado como Krowajô pela tribo craô no Tocantins, disse na sexta-feira que o Dia do Índio deve servir para uma reflexão sobre o tratamento que o país tem dado a essas populações.

— Temos pouco a comemorar. Mas o Dia do Índio deve

servir para uma mobilização que nos ajude a construir uma sociedade que saiba respeitar a diversidade cultural e a mantenha como uma grande riqueza — afirmou.

O senador também se disse contrário à proposta de emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere da

Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Congresso o poder de demarcar terras indígenas. A proposta foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quinta-feira.

Na opinião de Rollemberg, a PEC apenas dificulta a demarcação de terras indígenas.

— Já na década de 60, os visionários irmãos Villas Bôas perceberam que a forma de garantir a preservação da cultura indígena era fazer a demarcação de uma grande área, o Parque Nacional do Xingu. Esse é o caminho. Nós temos que respeitar e promover a cultura indígena — disse.



Rollemberg sugere reflexão sobre o respeito à diversidade cultural

Mercadante apresenta prioridades da educação para 2013

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apresentará amanhã, no Senado, as prioridades do ministério para 2013. Um dos temas em pauta deverá ser o Plano Nacional de Educação (PNE), que engloba as diretrizes e metas para o setor até 2020.

A audiência, na Comissão de Educação (CE), atende a requerimento de Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS).

Na última vez em que esteve na Casa, em novembro passado, Mercadante defendeu que 100% dos recursos dos royalties do petróleo fossem destinados ao financiamento do PNE. Aprovado pela Câmara em outubro, o projeto que institui o plano (PLC 103/2012) aguarda deliberação do Senado. O relator na CE, onde o projeto tramita, é Benedito de Lira (PP-AL).

Alvaro: situação de 12 torcedores brasileiros na Bolívia fere soberania



Pedro França/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo uma postura mais rigorosa diante da situação dos 12 torcedores do Corinthians que estão presos na Bolívia desde fevereiro. Ele elogiou o

ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por ter discutido o assunto com autoridades bolivianas semana passada.

O senador classificou de “irregular, ilegal e injusta” a prisão dos torcedores, suspeitos de participação na morte do jovem Kevin Espada, atingido por um sinalizador em partida entre Corinthians e San José. Ele ressaltou que cinco dos presos nem estavam no estádio no momento da ocorrência.

— Não há dúvida de que isso afeta as relações diplomáticas e fere um pouco a nossa soberania. Se constitui em humilhação para o Brasil. É um desrespeito!

Paim espera sanção de texto sobre aposentadoria de pessoa com deficiência



Pedro França/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que facilita a aposentadoria de pessoas com deficiência. O senador disse confiar que o

texto será sancionado.

O projeto reduz o tempo de contribuição exigido para aposentadoria integral, de acordo com o grau da deficiência. Para a aposentadoria por idade, a exigência é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, cinco anos a menos que a idade prevista atualmente. Nesse caso, tanto o homem quanto a mulher com deficiência deverão ter contribuído por pelo menos 15 anos.

— Busca-se assegurar ao trabalhador com deficiência tratamento isonômico com os demais funcionários — disse.

Projeto de Costa regulamenta adoção de bebê em gestação



Marcio Mattiz/Agência Senado

Os artigos do projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) que tratam do aborto foram criticados por João Costa (PPL-TO). O senador anunciou que apresentará projeto de lei regulamen-

tando a adoção do nascituro. Dessa forma, disse, a gestante que não tiver condições de criar o filho e quiser entregá-lo a outra família poderá se comprometer legalmente a fazê-lo antes do nascimento, ao invés de um aborto.

O senador informou que pediu a especialistas um parecer sobre a questão. Os professores Hélcio Maciel França Madeira, da Universidade de São Paulo (USP), e Pierangelo Catalano, da Universidade de Roma La Sapienza, defenderam que, no sistema jurídico atual, os direitos do nascituro começam com a concepção.